

Infraestruturas autônomas feministas

Por Sophie Toupin e Alexandra Hache

Tradução de Daniela Araújo,
Daniela Manica e Marta Kanashiro

Créditos:

[Marialab – Coletiva Hacker Feminista](#)

[ICTS \(Linha de pesquisa "Informação, comunicação, tecnologia e sociedade"\)](#)

[– Labjor / Unicamp](#)

[Lavits - Rede latino-americana de estudos sobre vigilância, tecnologia e sociedade](#)



Introdução

Mulheres, feministas, gays, lésbicas, bissexuais, trans, queers e pessoas intersexo (LGBTQI) que partilham experiências comuns online podem facilmente se tornar alvo de assédio, discriminação ou censura, seja pelo governo, atores privados ou corporações. Quando se busca compreender a relação entre gênero, violência e tecnologia, deve-se ter claro que a violência online é intrinsecamente relacionada com situações da vida real. Quando intolerância, sexismo e atitudes homofóbicas existem nas sociedades, isso será quase que inevitavelmente amplificado no mundo online.

As “políticas de nomes reais” (opostas ao anonimato), mineração de dados, rastreamento e tecnologias de vigilância tornaram-se tão entrelaçadas que aqueles dias em que ninguém sabia se você era um cachorro ou um ciborgue na internet, em grande parte, acabaram. De fato, a criação de uma indústria em torno da perfilização de usuários, junto com a centralização e contração da internet, levou a uma situação na qual esse não é um espaço seguro (se é que alguma vez foi). Em 1996, a Declaração de Independência do Ciberespaço anunciou a criação de "um mundo em que qualquer pessoa, em qualquer lugar, pode expressar suas crenças, não importa quão singulares sejam, sem medo de ser coagida(o) ao silêncio ou à conformidade" (Barlow, 1996: online). Hoje em dia, porém, é muito comum ver o trabalho e as vozes das mulheres, feministas e LGBTQIs sendo excluídas, censuradas e/ou impedidas de serem vistas, ouvidas ou lidas.

Grande parte dessa violência online baseada em gênero ocorre em plataformas corporativas de mídia social tais como Facebook, Twitter, Reddit e na blogosfera, além de outros espaços online sem fins lucrativos,

como a Wikipedia. Todos eles envolvem grandes comunidades, lideradas por um conjunto de regulamentos e políticas. Apesar da existência de certas regras que governam esses espaços, e devido a certas práticas, o silenciamento, a intimidação e/ou a discriminação continuam. Até agora, as respostas de LGBTQIs à violência envolveram linchamento público organizado, exposição (*doxing*) de assediadores,¹ contra-discurso feminista, investigação e documentação, conscientização sobre privacidade e segurança, proposição e defesa de emendas aos termos de serviço de corporações, atividades de lobby com instituições que contribuem para a governança da internet, entre outros. Embora essas táticas sejam fundamentais para a incorporação das formas cotidianas de resistência online,² também é necessário pensar em adotar estratégias que não sejam apenas reativas, mas que nos projetem para o futuro que queremos. Em outras palavras, trata-se de sonhar e configurar nossas tecnologias ativamente.

Práticas pró-ativas envolvem a compreensão do que significa retomar o comando e o controle das tecnologias por meio do uso, criação, manutenção e elaboração das nossas próprias infraestruturas de comunicação e tecnologia. O uso de serviços corporativos, como o Facebook ou o Twitter, pode ser muito conveniente e, às vezes, estratégico, porque geralmente são fornecidos gratuitamente e porque é aqui que estão as chamadas grandes massas. Mas usá-los também significa aceitar seus termos

-
- 1 *Doxxing* de assediadores significa procurar e publicar informações privadas sobre um assediador na internet com o objetivo de envergonhar o indivíduo.
 - 2 Um exemplo da incorporação de formas cotidianas de resistência é o das práticas feministas de mídia social que resistem à cultura de estupro ao sequestrar feeds e hashtags do Twitter que culpam as vítimas e perpetuam mitos e estereótipos.

de serviço, que são moldados principalmente pelo lucro, e nos quais os direitos humanos e a justiça social de gênero ainda permanecem com uma importância insignificante. Ao usar esses serviços online, nós e nossas redes estamos à sua mercê, o que significa que não podemos controlar totalmente nossos dados, redes sociais e histórico de atividades e memórias (ou rastros) na internet.

Embora o futuro da internet frequentemente pareça sombrio, é fundamental não apenas continuar investigando os processos e a estrutura de governança da internet, mas também continuar a construir uma ecologia tecnológica e de comunicação que coloque o bem-estar humano mais à frente e ao centro, quando comparado ao lucro. O que acontecerá quando o *big data* tiver seus algoritmos adequados? Quais serão as relações associadas entre esses algoritmos e o projeto Facebook.org, Internet.org ou “Internet das Coisas”, para citar apenas duas das possíveis situações futuras que redefinirão novamente os direitos das pessoas à privacidade e à liberdade de expressão? Quando nossos dados permanecem sob controle corporativo, eles podem ser vendidos ou dados a terceiros para serem explorados, ou podem ser excluídos ou desativados. Por fim, eles se tornam nossas sombras digitais,³ permitindo que outras pessoas rastreiem, perfilizem e controlem nossas vozes, opiniões e expressões.

Parte da resposta está no desenvolvimento, suporte e uso de alternativas aos serviços online corporativos, que sejam sem fins lucrativos, independentes, sensíveis à privacidade e seguras. Coletivos como Riseup, Nadir e Autistici / Inventati são providos por coletivos hackerativistas há

3 Veja “My shadow” do grupo The Tactical Technology Collective: <https://myshadow.org/>

quase duas décadas.⁴ Eles têm fornecido - por meio de trabalho voluntário e contribuições da comunidade - serviços online valiosos e básicos, como e-mail, servidores de listas de discussão, wikis, pads,⁵ blogs e redes privadas virtuais (VPN)⁶ para ativistas em todo o mundo. Mas onde estão os coletivos feministas de tecnologia que projetam e mantêm infraestruturas autônomas feministas para feministas, pessoas queer e trans e ativistas em geral? Também precisamos nos perguntar: por que esses coletivos feministas de tecnologia ainda são tão embrionários? E o que isso nos diz sobre a discriminação e a violência que acontecem quando mulheres e feministas não controlam, possuem e gerenciam a infraestrutura tecnológica de que precisam para se expressar e agir online?

Moldando a autonomia dentro de nossas tecnologias

Um dos principais elementos constitutivos das infraestruturas autônomas feministas reside no conceito de auto-organização já praticado por muitos movimentos sociais que entendem a questão da autonomia como um desejo de liberdade, autovalorização e ajuda mútua. Além disso, compreendemos o termo infraestrutura tecnológica de forma abrangente, incluindo *hardware*, *software* e aplicativos, mas também *design* participativo, espaços seguros e solidariedade social. Exemplos concretos de infraestruturas autônomas feministas incluem o Geek Feminism Wiki,⁷ desenvolvendo tecnologias específicas que combatem a violência online

4 Para obter uma lista mais extensa de servidores autônomos, visite:

<https://help.riseup.net/en/radical-servers> e

<http://backbone409.calafou.org/participants/index.en.html>

5 Confira um ótimo etherpad ativista que pode ser usado: <https://pad.riseup.net/>

6 Riseup.net oferece serviço de VPN, para saber mais visite o site:

<https://help.riseup.net/en/vpn>

baseada em gênero, como *bots* contra *trolls*⁸, e construindo bibliotecas online feministas e servidoras feministas, mas também permitindo espaços seguros offline, como espaços *hacker* feministas que permitam que *hackers*, *makers* e *geeks*⁹ feministas, queer e trans se reúnam e aprendam uns com os outros.

7 Para conhecer o Wiki Geek Feminism visite:

http://geekfeminism.wikia.com/wiki/Geek_Feminism_Wiki

- 8 NOTA DE TRADUÇÃO: *Bots* ou robôs virtuais são aplicações de *software*, baseadas em inteligência artificial (IA), criadas para desempenhar funções rotineiras e/ou repetitivas, como análise, indexação e seleção de conteúdos, executando tarefas de forma automatizada e predeterminada. O termo se tornou popular devido a grande utilização de *bots* para a criação de perfis falsos em mídias sociais, que interagem nessas redes como um usuário real. *Trolls*, por sua vez, é o termo utilizado para designar usuários na Internet que agem com o intuito de criar um conflito, incitar uma discussão ou polêmica através de comentários controversos ou agressivos nas interações em fóruns online ou mídias sociais.
- 9 NOTA DE TRADUÇÃO: *Hackers*, *makers* e *geeks* são expressões que identificam atores do universo da Cultura Digital. *Makers* é a forma como são chamados os entusiastas do Movimento *Maker* ligado a cultura da fabricação e a filosofia do “faça você mesmo” (do inglês “DIY - *do it yourself*”), incentivando a fabricação, reparação e invenção dos mais variados objetos. Quanto às outras expressões, a antropóloga Gabriela Coleman (2011: 512) estabelece uma diferença entre *hackers* e *geeks*, explicando que os primeiros “tendem a ser programadores habilidosos, especialistas em segurança, construtores de *hardware* e administradores de sistemas e se definem como tais. [...]. *Geeks*, em contraste, podem não ter habilidades técnicas mas são letrados em mídias digitais e tem algumas habilidades, por exemplo, em edição de vídeos e design, e suficiente conhecimento técnico para usar algumas ferramentas como IRC [*Internet Relay Chat*]” (tradução nossa). Entre as três expressões, *hackers* é provavelmente a mais controversa e suscita grandes debates em torno dessa definição. O sentido aplicado neste texto se relaciona ao proposto por Coleman (2011), mas também segue um movimento que flexibiliza o significado do termo e expande sua aplicação para além das tecnologias digitais, criando uma apropriação semântica da palavra para acionar um conjunto de ideias e valores que remetem, quase sempre, ao conhecimento livre e está cada vez mais associada ao ativismo na Internet. Sobre esta discussão ver Araújo (2018).

Ao falar sobre esses exemplos de infraestruturas autônomas feministas, reconhecemos que nenhuma delas pode ser totalmente autônoma, mas sim ter autonomia relativa, pois ainda dependem, por exemplo, de redes e tecnologias de comunicação existentes projetadas por empresas comuns (como computadores, servidores e dispositivos de acesso). Dito isto, sua autonomia é baseada em diferentes modelos de governança, nos valores que adotam e nos princípios que promovem. Se as infraestruturas autônomas feministas são diversas em escopo e modelo, elas compartilham em comum o desejo de criar de maneira pró-ativa as condições para sua autonomia, seguindo uma ética de cuidado (Adam, 2003) que está embutida na prática ativa da solidariedade social. Cuidar e reconhecer a importância de tais infraestruturas são dois aspectos centrais para uma tentativa de abordar o ciclo da tecnologia que está repleto de desigualdades, desde a sua produção até seu acesso, aceitação, desenvolvimento e governança. Essa abordagem interseccional e integrada da tecnologia caminha de mãos dadas com uma postura feminista que não evita abordar todas as formas de violência, seja a violência online ou a violência intrínseca à extração de recursos ou ao trabalho de fábrica, na linha de montagem, que é generificado e racializado. (Nakamura, 2014).

Recentemente, a construção de infraestruturas autônomas feministas ganhou força. Essas iniciativas ainda estão em estágio embrionário, representando principalmente um conjunto de iniciativas dispersas e fragmentadas. Abaixo, destacamos dois exemplos diferentes - um abordando a necessidade de espaços físicos seguros, que permitam que mulheres e feministas se reúnam e aprimorem suas habilidades, e outro abordando

uma outra política do tempo (*slow-politics*) em torno da criação de servidoras feministas.

Rompendo o círculo de isolamento, aprendendo juntos

O Gender and Technology Institute¹⁰ foi organizado pelo Tactical Technology Collective e pela Association for Progressive Communications (APC), no final de 2014. O evento reuniu quase 80 participantes e facilitadores, principalmente do Sul global, para se concentrar em algumas das questões enfrentadas diariamente por mulheres e pessoas trans na internet, para compartilhar estratégias e ferramentas para melhor proteger tanto nossa privacidade e segurança online, como para discutir como disseminar conhecimentos e habilidades em nossas comunidades e organizações. Desde então, a rede se expandiu, com diferentes resultados, desde a criação de um espaço online colaborativo, permitindo a documentação das atividades de privacidade e segurança digital oferecidas por seus membros no local, até a produção de um manual abordando especificamente questões de gênero, e que também oferecem várias estratégias e ferramentas para controlar nossas identidades online e aprender a criar espaços seguros.

Todos esses resultados são informados pelas histórias e práticas criativas de mulheres e ativistas feministas de base, localizadas em 22 países diferentes, que estão usando e desenvolvendo de maneira ativa e criativa a tecnologia para combater a violência online baseada em gênero. Enquanto isso, elas se tornam instrutoras de segurança digital e defensoras da

10 Para conhecer mais visite: <https://tacticaltech.org/gender-tech-institute>

privacidade, e estão ajudando outras pessoas a entender como podem adotar práticas mais seguras e alegres ao se mobilizar online e offline.

Oito meses após sua realização, o Gender and Technology Institute tornou-se uma rede internacional de apoio informal, um espaço amigável de recursos baseado na solidariedade social que ajuda a romper o círculo de isolamento.¹¹ Isso contribui para o fortalecimento da autonomia tecnológica de seus participantes e, por extensão, de mulheres, feministas, pessoas e organizações LGBTQI, a fim de enfrentar os desafios e ameaças decorrentes do uso que fazem da internet.

Servidoras¹² feministas

Uma servidora pode ser definida como um computador conectado a uma rede que fornece serviços como hospedagem de arquivos, sites e serviços online. Como todos os recursos online são hospedados em servidoras, elas constroem a base da internet como a conhecemos. Todas as servidoras são regidas por diferentes termos de serviço, modelos de governança e legislação nacional em relação à privacidade e acesso a dados por terceiros (ou "rastreadores") e dependem de uma variedade de modelos de negócios. Essa definição um tanto técnica pode obscurecer as

11 Um exemplo é o Dia Internacional da Hackathon Feminista (também conhecido como FemHack), realizado em 23 de maio de 2015. Para saber mais sobre essa iniciativa, consulte: www.f3mhack.org

12 NOTA DE TRADUÇÃO: Adotamos o feminino como convenção para traduzir "server" no contexto das infraestruturas tecnológicas de comunicação feministas, seguindo o movimento que coletivos feministas brasileiros têm feito, no sentido de modificar a flexão de gênero usual para a palavra, que costumava ser no masculino (servidor). Não se trata, contudo, de excluir com isso as alianças com perspectivas de pessoas trans e não-binárias, e sim de marcar uma perspectiva feminista intersseccional.

possibilidades de entender o aspecto político por trás da instalação e gerenciamento de uma servidora.

Nesse sentido, quais seriam os propósitos (Alarcon, 2015)¹³ e os princípios¹⁴ de uma servidora feminista? As servidoras feministas podem apoiar mulheres, feministas e LGBTQIs em sua luta por terem seus direitos como a liberdade de expressão e opinião respeitados? Podemos criar confiança entre nós para desenvolver abordagens cooperativas para o gerenciamento desses espaços de resistência e transformação? Essas foram mais ou menos as perguntas que um grupo de pessoas interessadas em gênero se fez durante a primeira Cúpula da Servidora Feminista¹⁵, que ocorreu em dezembro de 2013, e na primeira Convergência¹⁶ do TransHackFeminist (THF!) realizada em agosto de 2014.

As discussões que surgiram a partir dessas reuniões reconheceram que ainda não possuímos coletivos feministas de tecnologia que projetem infraestruturas autônomas feministas para os movimentos feminista, queer e trans e que isso deve se tornar uma prioridade.¹⁷

Por exemplo, duas servidoras feministas que estavam inativas ressurgiram durante a Convergência THF!:

13 Para uma história de onde surgiu o desejo de servidoras feministas, leia: Alarcon, S. *et alli.*, (2015).

14 Após discussões no Feminist Server Summit, Femke Snelting criou uma lista que define o que é uma servidora feminista, disponível aqui: <http://esc.mur.at/en/werk/feminist-server>

15 vj14.constantvzw.org

16 transhackfeminist.noblogs.org/post/2015/01/25/a-transhackfeminist-thf-convergence-report and anarchaserver.org/mediawiki/index.php/Main_Page

17 O tema da segunda edição da convergência TransHackFeminist (THF!) é apropriadamente intitulado “Error 404. Dissent Technologies Not Found”: transhackfeminist.noblogs.org

- O projeto Systerserver, que foi lançado originalmente no início de 2000 pelo Genderchangers¹⁸ e pelo Eclectic Tech Carnival (/etc), tem como foco hospedar serviços online como etherpads e um aplicativo de protocolo de voz sobre internet (VoIP).
- A servidora Anarcha,¹⁹ iniciada pelos TransHackFeminists de Calafou, uma colônia pós-capitalista eco-industrial localizada na Catalunha. Ela hospeda um mediawiki, um farm do WordPress e uma plataforma de publicação de mídia.

Essas servidoras feministas são compostas por uma coalizão livre de mulheres, queers e trans de todo o mundo, com algumas explicitamente interessadas em hackear a heteronormatividade e o patriarcado. Elas também demonstram que é possível criar espaços seguros onde o assédio de mulheres, feministas e LGBTQIs não é permitido e onde todos possam aprender sobre tecnologia de maneira não hierárquica e não meritocrática. No entanto, mesmo que essas iniciativas de servidoras sejam inspiradoras para muitos, elas ainda permanecem no estágio embrionário. Além disso, elas não se consideram prestadoras de serviços; nem decidiram claramente tornar-se coletivos de tecnologia estáveis e sustentáveis, fornecendo serviços de hospedagem online para mulheres, feministas e grupos LGBTQI. De qualquer forma, elas mostram que as servidoras feministas são possíveis e que devem se tornar um objetivo político para todas as organizações que trabalham no campo da justiça social de gênero e dos direitos LGBTQIs - que devem se preocupar em obter autonomia em comunicação e em

18 Um vídeo sobre os GenderChangers está disponível em : <https://vimeo.com/4090016>

19 anarchaserver.org

infraestruturas tecnológicas, além de proteger seus dados, redes sociais e histórico de atividades e memórias na web.

Conclusão

O direcionamento, silenciamento e censura de mulheres, feministas e LGBTQIs online tem sido e está sendo desafiado de várias maneiras. Mulheres, feministas e LGBTQIs têm sido particularmente criativas em suas formas cotidianas de resistência e solidariedade e se preocupam umas com as outras. Embora as iniciativas descritas acima sejam empolgantes, elas permanecem em um estágio embrionário, em que apenas algumas pessoas conseguem participar. As razões pelas quais existem tão poucas iniciativas devem estar no centro de uma análise feminista para entender como a tecnologia é realmente generificada. Quem é incentivado desde tenra idade a mexer com a tecnologia? Que tipo de divisão do trabalho existe quando se trata de tecnologia? Por que o nível de atrito é tão alto para as mulheres na indústria de tecnologia?

Embora considere seriamente o acima exposto, resta que, se queremos que os Princípios Feministas da Internet, conforme formulados pela APC (Association for Progressive Communications), se tornem realidade, precisamos de nossas próprias infraestruturas autônomas feministas. Para fazer isso, precisamos ter coletivos feministas de tecnologia que se concentrem em fornecer esses serviços. Precisamos ser ativas no desenvolvimento de nossa experiência e da geração mais jovem. Mas para que isso aconteça, precisamos que os movimentos feministas e LGBTQI prestem mais atenção a essas questões, criem espaços mais seguros para aprender coletivamente, parem de temer tecnologias e decidam

coletivamente que precisamos mudar de marcha para remodelar nossa própria comunicação e infraestrutura tecnológica. Afinal, a liberdade de expressão faz parte da luta feminista e as mulheres, feministas e LGBTQIs podem contribuir fornecendo coletivamente o conhecimento e os meios para garantir que seu direito de falar permaneça acessível online, offline e onde quer que, ou como quer que a expressão venha a emergir.

Referências Bibliográficas

Adam, Alison. Hacking into Hacking: Gender and the Hacker Phenomenon. *ACM SIGCAS Computers and Society* 33(4), New York, 2003.

Alarcon, Stephe. For a history of where the desire for feminist servers arose read Exquisite Corpse. *New Criticals*, 2015. <https://possiblebodies.constantvzw.org/inventory/?054> acesso em 25 jul 2020.

Araújo, Daniela. Feminismo e cultura hacker: intersecções entre política, gênero e tecnologia. Tese de Doutorado, Política Científica e Tecnológica, Unicamp, 2018.

Barlow, John Perry. A Declaration of the Independence of Cyberspace, 1996. <https://projects.eff.org/~barlow/Declaration-Final.html> acesso em 25 jul 2020.

Coleman, Gabriella. Hacker politics and publics. *Public culture*, Duke University Press, New York, 23 (3), 511-516, 2011.

Nakamura, Lisa. Indigenous Circuits: Navajo Women and the Racialization of Early Electronic Manufacture. *American Quarterly*, American Studies Association, John Hopkins University Press, Baltimore, 66(4), 919-941, 2014.